



DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE: O CASO DO ILHÉU DAS ROLAS

FREITAS, Mário (Universidade do Minho)¹, TEIGA, Pedro (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto); ROLDÃO, Mariana (Engenheira do Ambiente), MORENO, Márcia (Gestora de Projectos), SOBRAL, Marcela (Educadora e Gestora Ambiental), GONÇALO, Eugénia (Ecoteca de Macedo de Cavaleiros)

Palavras-Chave: Turismo sustentável; Desenvolvimento Local Sustentável; Educação Ambiental e para o Desenvolvimento Sustentável.

Introdução

Este texto não corresponde a uma comunicação previamente enviada para ser apresentada no Seminário Internacional *Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário* mas antes, e ao contrário, uma emergência da participação dos autores nas actividades do referido Seminário. De facto, e como em seguida se irá descrever, em resultado de uma experiência por nós vivenciada, gerou-se um contexto que acabou por se interligar com os trabalhos do seminário e dar-lhe, mesmo, uma maior riqueza como exemplo prático.

Perante a disponibilidade manifestada pela organização de incluir nas Actas um texto sobre a problemática do Ilhéu das Rolas, resolveram os autores descrever os principais momentos vivenciados por um grupo mais vasto que, em S. Tomé, durante o Seminário se envolveu com a problemática, assumindo uma forma mais consistente e condizente com a natureza destas Actas, mais do que tudo, se constitua como uma contribuição para uma reflexão e para a resolução da problemática encontrada no ilhéu das Rolas.

Face à sensibilidade do tema, situações inesperadas de inconformismo da pessoa humana durante este processo, ocorreram alguns mal entendidos que passo-a-passo se vão esclarecendo na busca de contributos positivos para o desenvolvimento de São Tomé num ambiente sustentável.

¹ Email de contacto: mfreitas@iep.uminho.pt



1. Como o Ilhéu das Rolas se cruzou com nossas vidas

Entre 21 e 28 de Julho de 2008, um grupo de pessoas provenientes de Portugal (na sua maioria), bem como do Brasil, de Cabo Verde e de Espanha (entre outros), viajou até ao Estado insular de São Tomé e Príncipe para, em conjunto com pessoas de S. Tomé e Príncipe, participar no Seminário Internacional atrás citado, organizado pelo Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE), Direcção-geral do Ambiente, Direcção de Turismo e Hotelaria da República Democrática de São Tomé e Príncipe e pela Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA-Investiga).

Este Seminário incluía, para além de um conjunto de actividades em sala, três dias de visita a infra-estruturas locais, conduzidas e orientadas pela própria organização, e de que podem destacar-se a Jalé Ecolodge, a roça de São João, a roça Agostinho Neto e a roça de Diogo Vaz. No caminho de ida e regresso, realizaram-se curtas paragens em pontos estratégicos, umas vezes previamente programadas e outras por solicitação dos participantes.

1.1. Aspectos gerais de contextualização

A visita a estas infra-estruturas, turísticas, de assistência social e de preservação ambiental, permitiu contacto com parte das tradições, da cultura, da gastronomia, do comércio e da dinâmica associativa local. Atendendo ao carácter intenso e compacto das actividades programadas, quem nelas participou não dispôs de muito mais tempo para a exploração de outras realidades locais. Houve quem, contudo, não tendo participado nestas visitas (e tendo, inevitavelmente, perdido tudo o que de bom elas proporcionaram), tenha acabado, por exemplo, por tomar contacto com a vida de emigrantes e descendentes cabo-verdianos que, muitas vezes, vivem em condições mais precárias do que grande parte da população santomense pobre. Mas, mesmo quem participou nas visitas, em alguns poucos momentos de usufruto mais livre de um turismo de natureza (por vezes, ainda virgem e de uma riqueza inquestionável) pôde, autonomamente, experimentar um contacto directo, por vezes casual, informal e espontâneo com as comunidades locais, em diferentes regiões da ilha. Este contacto permitiu interessantes vivências e experiências, algumas das quais, no entendimento dos autores e outros participantes do seminário, relacionadas com realidades que chocam directamente com princípios e valores não concordantes com os que, à luz dos



princípios que no programa são enunciados, supomos ser a perspectiva subjacente ao espírito do Seminário.

A instalação de grupos hoteleiros pode, no caso concreto de São Tomé, representar uma importante mais-valia. Para tal, a actividade desses grupos deverá não só garantir os desejados lucros aos investidores, mas também, contribuir para a preservação da biodiversidade local, das tradições culturais e para a elevação da qualidade de vida das populações, aumentando a coesão social e ajudando a desenhar os contornos de um real desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental sustentável.

1.2. A problemática do Ilhéu das Rolas

Depois de outras tentativas (a que mais à frente faremos referência) o governo de São Tomé e Príncipe acolheu um grupo português de investimento turístico/hoteleiro, o Grupo Pestana, que se fixou na ilha em 2003, estando, neste momento, instalado em dois locais: na cidade de São Tomé (mais recentemente) e no Ilhéu das Rolas, a Sul da Ilha.

“O Grupo Pestana é actualmente o maior investidor em São Tomé e Príncipe, representando os empreendimentos em gestão e construção um investimento superior a 35 milhões de euros e 650 postos de trabalho”.

[www.pestana.com, 18/01/2008]

Foi neste grupo hoteleiro que a maioria dos participantes no Seminário Internacional ficou instalada (uma noite no Pestana Equador e as restantes no Pestana São Tomé). Na manhã que se sucedeu à noite passada no Pestana Equador, situado no Ilhéu das Rolas, e no âmbito da realização de actividades directamente relacionadas com o Seminário, alguns participantes, por iniciativa própria, permitiram-se ao contacto com a realidade da comunidade local que vive no ilhéu, através de um diagnóstico superficial do qual resultaram revelações significativas por parte da população sobre as condições precárias vivenciadas no seu dia-a-dia. Apesar do curto período de permanência no ilhéu, a prospecção efectuada não deixou o grupo indiferente aos factos relatados, pelo que assumiu de imediato uma postura activa na procura de dados justificativos que pudessem dar resposta ao problema.

A informação obtida resultou de relatos informais e totalmente espontâneos de pessoas que encontraram neste grupo de visitantes uma abertura, interpretados como um



alerta na tentativa de um apoio futuro. Os relatos mencionados referiram aspectos como: a) a população tem sido convidada pelo Grupo Pestana a abandonar o ilhéu, em troca de uma indemnização; b) não estariam a ser cumpridos aspectos mínimos relativos a compromissos assumidos e que definem mínimos de dignidade (em particular, haveria falhas no abastecimento de água e luz); c) o transporte das crianças para a escola, que é feito num barco do grupo hoteleiro (conforme acordo firmado) não estaria, por vezes, a assegurar o transporte de regresso ao ilhéu, pelo que, nessas situações, as crianças ficavam sem o alojamento assegurado; d) muitas mulheres necessitam de ir de barco lavar as suas roupas fora do Ilhéu das Rolas; e) o artesanato local não seria valorizado, sendo requisitado artesanato externo ao ilhéu para venda ao turista; f) não está assegurado saneamento básico, nem recolha de resíduos; g) as pessoas da comunidade que falecem no ilhéu não podem aí ser enterradas, tendo os corpos que ser transportados para fora do ilhéu.

Após a recolha destes relatos que, como não podia deixar de ser tiveram forte impacto racional e emotivo nos citados participantes, o grupo, num curto espaço de tempo, equacionou estratégias de actuação rápidas, tendo em conta os dias destinados ao Seminário (25 e 26 de Julho de 2008), e restantes dias de permanência em São Tomé.

Começámos por estabelecer contacto com os organizadores do Seminário, no sentido de uma eventual possibilidade de encontrar um espaço, durante o Seminário, para elaboração de um plano de acção conjunto, integrando o turismo e a comunidade como factores indissociáveis e de promoção da sustentabilidade local. Na impossibilidade de tal acontecer, uma vez que havia que cumprir toda uma prévia programação e perante alguns receios de que uma abordagem menos cuidadosa pudesse resultar em algum tipo de constrangimento para os vários agentes político-sociais e investigadores presentes, acabou por se acordar que o grupo que se sentia mais envolvido com a problemática (de que os autores faziam parte) se reuniria em separado e pensaria em uma qualquer estratégia que, tomando cuidados para não hostilizar responsáveis governamentais ou investidores, procurasse abrir um caminho para consideração do problema. A organização comprometeu-se a possibilitar que no encerramento do Seminário, houvesse um espaço para informar sobre eventuais iniciativas em curso.

Foi nesta lógica que o grupo elaborou um manifesto, onde eram afirmados alguns princípios e sugeridas possíveis acções (ver Anexo), para ser divulgado no seminário, junto



dos responsáveis do grupo Pestana, dos responsáveis governamentais, da comunicação social e, através dela, da comunidade local. O documento esteve disponível para leitura durante o último dia de Seminário, acabando por assumir a forma de abaixo-assinado que acabou recolhendo a assinatura da esmagadora maioria dos presentes.

Previamente, alguns elementos do grupo solicitaram uma entrevista com responsáveis do Grupo Pestana e acabaram por ser recebidos pelo Director de Marketing do Grupo. A conversa decorreu no melhor clima. Embora reconhecendo que no passado poderia ter existido alguns mal entendidos e incompreensões, o Director de Marketing considerava que, desde a sua chegada, a situação estava substancialmente melhor. Reconhecendo que havia contactos no sentido de uma possível deslocação das pessoas, a troco de indemnização e garantia de habitação noutra local (tal corresponderia ao acordo de intenções inicialmente formado), foi afirmado o desconhecimento de problemas com abastecimento de água ou luz e transporte das crianças que, na opinião daquele responsável, estariam a ocorrer normalmente. O grupo de participantes do Seminário avançou com algumas propostas que, mais adiante, neste texto, serão algo de referência mais detalhada.

Posteriormente, durante o primeiro dia de realização das sessões de apresentação de comunicações do seminário, alguns elementos do grupo foram entrevistados pela comunicação social local (TVS) durante o decorrer do Seminário (ver referências às notícias em anexo). A detecção deste problema por parte do grupo de investigadores presentes no Seminário veio despertar o interesse de vários segmentos da população locais, no sentido de desvendar as causas, consequências e soluções para a sua resolução.

2. Encruzilhadas do turismo sustentável

O turismo é, sem dúvida, uma importante actividade económica, a nível mundial e uma das principais ou principal actividade económica para certos países e regiões.

Como assinala Brito (2004, p. 72), citando vários autores (Mathieson, 1990; Kadat, 1979; Vieira, 1997; Baptista, 1997, Cunha, 1997) e a Organização Mundial do Turismo (OMT), existe um largo consensos da definição do turismo como

“... o conjunto de actividades desenvolvidas, no decorrer da deslocação e da estadia, fora do local fixo de residência, por um período superior a 24 horas e inferior a um ano, (...) não envolvendo a prossecução de actividades



remuneradas e pessoalmente lucrativas, mesmo que temporárias (...), mas implicando o pagamento dos serviços prestados.”

VIEIRA (1997) realça o facto de o turismo envolver um conjunto de actividades económicas relacionadas com prestação de serviços a turistas (transporte, alojamento, restauração, serviços culturais e recreativos, produção artesanal, etc.).

2.1. O turismo de massas

Graças em grande parte às férias pagas (VIEIRA, 1997), mas também, e de forma mais global, a um outro conjunto de factores (estados de bem-estar social do pós-guerra, aumento da classe média, desenvolvimento dos transportes, etc.), a prática turística evolui para a “democratização”, em meados do século passado, e como esse fenómeno foi incentivado pelo surgimento da “turistificação” ou “massificação turística” (JOAQUIM, 1994 e CUNHA, 1997, citados por BRITO, 2004).

Com esta massificação do turismo, num momento histórico a preocupação face a grandes problemas ambientais globais não tinha ainda feito a sua verdadeira entrada em cena, a actividade turística, como muitas outras actividades humanas, descurou a necessidade e importância de compreender e dialogar com a natureza e, apoiado num certo tipo de arrogância científico-tecnológica e em perspectivas económicas voltadas para a rápida obtenção de grandes lucros, instalou-se um pouco por todo o lado, em especial ao longo de vastas regiões costeiras, ilhas, territórios de alta montanha e outros espaços onde a natureza propiciou recursos naturais mais adequados ao recreio e lazer. Interligando-se, muitas vezes com outras actividades humanas, em especial rápida (e, em geral, desordenada) urbanização, construção de infra-estruturas e desenvolvimento de certas actividades industriais e de serviços, a actividade turística tomou conta e transfigurou vastas regiões. Rapidamente, se assistiu em muitas regiões, à destruição de sistemas dunares, arribas e outros sistemas ecológicos litorais frágeis, zonas húmidas, lagoas, rios e estuários, regiões de neves e gelos, etc..

2.1. O turismo sustentável

Só mais recentemente, nomeadamente, a partir dos anos 80, se assistiu a tendências consistentes de mudança de rumo. Alguns autores (LANFANT, 1991, citado por BRITO,



2004) relacionam tal mudança com a realização da Conferência de Manila, promovida pelo OMT. Os objectivos explicitados nessa conferência foram a “protecção e preservação do meio ambiente, da estrutura ecológica e do património natural, histórico e cultural do país, a óptima utilização qualitativa de recursos turísticos existentes ou potenciais do país, compreendendo o conjunto do património cultural, histórico e espiritual, afirmando o princípio da autenticidade e evitando a sua deformação e a sua falsificação” (Joaquim, 1997, p. 75, citado por BRITO, 2004, p. 88).

Nas décadas de 80 e 90, em directa relação com o questionamento do tipo de desenvolvimento que vinha/vem sendo adoptado e a emergência do conceito de desenvolvimento sustentável, a actividade turística começou a ensaiar novas estratégias, novos rumos. Começam a privilegiar-se as unidades turísticas de menor tamanho e impacto e aparecem os “hotéis verdes” que, ainda hoje, se constituem como abordagens a ser incentivadas (IUCN, 2008). Muitas iniciativas turísticas assumem, nos nossos dias, características totalmente diferentes, podendo ser encontradas práticas turísticas muito diversificadas (VIEIRA, 1997; BRITO, 2004), que Weaver (VIEIRA, 1997) divide entre turismo convencional ou de massas e turismo alternativo, supostamente mais sustentável.

As designações utilizadas para referir formas de turismo supostamente sustentáveis são variáveis:

“Muitos tipos de turismo podem hoje ser encontrados tanto no sector turístico comercial como na dependência de organizações de conservação da natureza e desenvolvimento local: ecoturismo, turismo da natureza, turismo de aventura, turismo responsável, turismo cultural, turismo em favor dos pobres [pro-poor tourism], etc.” (JAIN and TRIRAGANON, 2003, p. 26)

A utilização de um ou outro termo depende de vários factores que vão desde a verdadeira natureza da oferta turística, até às escolas de pensamento que defendem uma ou outra designação (em detrimento das outras), passando por aquilo que os promotores consideram ser a designação que “vende” melhor, até terminologias legalmente definidas em cada país, etc.. Neste texto utilizaremos a designação turismo sustentável, exactamente por que ao fazê-lo pomos de lado o debate sobre esta pluralidade de designações e enfatizamos a essência da preocupação que lhe subjazem, em especial, integrar-se numa



lógica de construção de um futuro, de sociedades e formas de desenvolvimento mais sustentáveis.

Infelizmente, embora o turismo alternativo se vá, progressivamente, constituindo como uma realidade em progressão, o turismo convencional ou de massas é, ainda, largamente maioritário, nomeadamente em estados insulares ou com vastas regiões costeiras e vocação balnear. Sendo verdade que estes empreendimentos vão cada vez mais, sendo sujeitos a obrigações de responsabilidade ambiental e, até, social, acontece que, lado a lado com algumas tentativas sérias de ecologização, aparecem práticas menos consistentes, de natureza meramente cosmética. A cultura de turismo de massas, mais ou menos predatório e pouco respeitador do ambiente e de tradições culturais, continua a ser uma realidade e, mesmo se obrigados a certos comportamentos de ambientalização, muitos empreendimentos turísticos passam ao lado de outras preocupações inerentes ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Assim, a problemática do turismo sustentável constitui-se hoje, em algumas regiões (nomeadamente em países ditos em desenvolvimento e com vocação turística), como um dos mais complexos problemas e difíceis desafios no processo de construção de um futuro mais sustentável. Mas, em que consiste, exactamente o turismo sustentável?

Embora existam várias definições pode afirmar-se que, como no que respeita ao desenvolvimento sustentável, se trata, antes do mais, de um caminho a percorrer; um caminho que só se define à medida que é percorrido. Tal não significa, contudo, que não haja princípios, valores e dinâmicas que inevitavelmente têm que ser tidas em conta, ou não poderá afirmar-se que estejamos perante cenários que possam apelidar-se ou ser apelidados de sustentáveis. Um turismo sustentável deve

“(…) contribuir de forma muito clara para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e para a redução da pobreza, assim como para a conservação do capital natural e cultural da região. Adicionalmente, o desenvolvimento de um turismo sustentável a nível local pode contribuir para a recuperação da identidade local, aumentando a auto-estima das comunidades locais e fortalecendo os seus valores tradicionais.” (AECI, 2007)



A actividade turística sustentável favorece o desenvolvimento local endógeno e participativo. Assim, nomeadamente na sua expressão local, deve ser “fundamentado nas comunidades locais e no meio ambiente natural pré existente, na utilização preservada dos recursos” e requer “a participação das populações locais em todo o processo.” (BRITO, 2004, p.4)

3. O Ilhéu das Rolas numa lógica de turismo sustentável

A problemática que envolve a actividade turística no Ilhéu das Rolas não é totalmente nova, remontando a 1996, momento em que foi negociado contrato de concessão por 30 anos entre o governo de S. Tomé e um grupo empresarial português (BRITO, 2004). Os dados disponíveis sobre todo o processo de concessão, construção e funcionamento são escassos. Efectivamente, eles reduzem-se praticamente aos elementos contidos na tese de doutoramento de Brígida Brito, uma das principais estudiosas do turismo em S. Tomé e uma das principais organizadoras do Seminário (BRITO, 2004) e ao link do site do grupo Pestana relativo ao Pestana Equador.

3.1. O início do projecto

Inicialmente definido como um projecto integrado, de natureza agro-turística iniciou a 1ª fase de construção de edifícios em 2000, a promoção e marketing foram concretizados em 2001 e 2002 e em 2003 foram estabelecidos acordos com operadores turísticos e companhias de aviação (BRITO, 2004). A mesma autora dá-nos conta do espírito geral, embora não da exacta forma, de alguns condicionalismos/compromissos assumidos/firmados

“O princípio presente na negociação, entre o Estado e os investidores portugueses, foi a criação de um *resort* de elevada capacidade, que oferecesse serviços de qualidade, num ambiente natural preservado e num espaço marcado pelo simbolismo histórico. O investimento total inicialmente previsto era de 3,2 milhões de dólares EUA (...). Nas negociações iniciais foi acordada a criação de 50 novos postos de trabalho, dadas as características do projecto e as necessidades esperadas, tanto ao nível da prestação directa de serviços turísticos, como no que respeita à construção e à manutenção do



complexo. (...). O *resort* foi criado tendo presente a vocação para o turismo de elite, encontrando-se em funcionamento, desde o início da fase de reabilitação do edifício principal e da construção e alargamento dos bungalows, em 2000, tendo sido utilizados materiais locais que abundam na região, tais como as madeiras. Contudo, com base na observação directa, podemos registar que a decoração interior reflecte os padrões de conforto ocidentais, principalmente nos quartos, tendo sido os objectos e as peças de mobiliário integralmente importados.” (BRITO, 2004, p. 290).

Sempre tomando por base o relato de BRITO (2004), parece tornar-se claro que a objectivação dos contributos para o desenvolvimento local sustentável foi vaga e/ou imprecisa. Um dos “principais objectivos” parece ser “a possibilidade de realização de investimento com recuperação do capital aplicado, a longo prazo, dado o elevado volume de negócios envolvido” e “de forma complementar” a “preocupação com a promoção do turismo, tanto balnear como de natureza e de observação, e a vertente cultural e histórica” ao que se associaria a “qualidade nos serviços prestados, o que não era comum no arquipélago, aquando das visitas iniciais efectuadas” (p. 292). A mesma autora cita ainda outros objectivos ligados à “valorização ambiental, traduzida na limpeza dos trilhos de ligação entre pontos de interesse, no interior do ilhéu, a preservação cultural e histórica, principalmente relacionada com o Marco do Equador e a integração comunitária”. (*Id. Ibid.*).

3.2. Breve caracterização das bases do conflito

O grau de consecução dos objectivos de integração comunitária parecer ser altamente duvidoso. Reconhecendo “contradições na informação recolhida, em função do interlocutor, mesmo quando contactámos diferentes pessoas da organização do *resort* e que estiveram presentes desde o início” BRITO (2004, p. 292) a mesma autora concluiu não ser possível confirmar a “integração comunitária, a participação e o envolvimento da população”. Avança, ainda, com a afirmação de que “a informação mais coerente” que conseguiu sistematizar aponta para a ideia de os “promotores estarem divididos, desde sempre, entre a integração das comunidades residentes no ilhéu, maioritariamente de pescadores e com características de nomadismo, e a negociação para abandono do



território” (BRITO, 2004, p. 292). Os dados empíricos por nós recolhidos, tanto junto de populares do ilhéu, como da imprensa local, outras pessoas ligadas a organizações locais e, até, de instituições internacionais, vão no sentido de fazer crer que as dinâmicas de integração comunitária e participação das populações não só não se concretizaram nessa data como estão, ainda hoje, longe de se concretizar.

Em termos de principais benefícios para as comunidades locais BRITO (2004) refere que, segundo os promotores eles têm sido diversificados:

“Assim, tem sido dinamizada a economia regional através da criação de novos postos de trabalho com adequada formação, capacitando as populações abrangidas, para o futuro. Os promotores procuraram ainda viabilizar o sistema de ensino para as populações mais jovens, identificando objectivos educativos, mediante a implementação do “Projecto Escola”.” (p. 292)

Embora reconhecendo que o “envolvimento e a integração das populações locais no desenvolvimento do projecto, conforme foi definido na Primeira Parte (cf. I., 3. e II., 2.), não se verificou” a citada autora considera que “tem sido evidente a criação de novos postos de trabalho para a população da região, associados à realização de acções formativas, possibilitando o aumento das qualificações com eventual reconversão profissional” (BRITO, 2004, p. 292).

Embora o representante dos promotores referido por BRITO (2004, p. 292) tenha considerado “que as comunidades locais têm beneficiado da possibilidade de usufruírem de habitações novas, dotadas de infra-estruturas de saneamento, de água canalizada para consumo e de electricidade gratuita fornecida pelo *resort*”, a mesma autora assinala que não lhe foi possível

“confirmar as informações relativas aos benefícios com membros das comunidades envolvidas dado os líderes não terem revelado disponibilidade para fornecer formalmente informações. De acordo com a observação desenvolvida e com os contactos informais com membros comunitários, os benefícios referidos pelos promotores são insuficientes face às necessidades sentidas pelas famílias, bem como dado o carácter irregular no fornecimento.” (BRITO, 2004, p. 292).



Em termos nacionais, a investigadora considera que o “empreendimento dinamizou toda a região sul do arquipélago” e que, para além disso, os benefícios para o país

“foram a dinamização do turismo e da prestação de serviços de qualidade, a criação e a manutenção de infra-estruturas associadas à preservação ambiental, beneficiando o Estado com a cobrança de impostos e com a retenção financeira, representando a implementação e o desenvolvimento do projecto uma fonte nacional de receitas.” (BRITO, 2004, p. 293).

Apesar de já haver reconhecido manifestas falhas na questão do envolvimento comunitário, BRITO (2004) considera que as “principais potencialidades do projecto respeitam à reabilitação da aldeia local, à melhoria das condições de vida das comunidades envolvidas e à recuperação das instalações pré-existentes”. As primeiras destas potencialidades (reabilitação da aldeia e melhoria das condições de vida das comunidades) não parecem estar a ser concretizadas, antes parecendo estar a caminhar-se no sentido oposto, ou seja, da materialização de pressões no sentido de acabar com a aldeia local e a presença de comunidades locais na ilha.

BRITO (2004, p. 291) dá-nos conta como lhe foi possível confirmar junto de um dos promotores (que, entretanto, tinha abandonado a sociedade) a actuação no sentido de conseguir negociar a saída das comunidades tradicionais do Ilhéu das Rolas

“que, com a comunidade de agricultores residente, foi negociado o abandono do ilhéu em troca de casas construídas e disponibilizadas pelos promotores. Mas, no que respeita à comunidade dos angolares, pescadores na sua maioria, a negociação verificou-se particularmente dificultada, já que, em 2003, os problemas permaneciam entre o grupo empresarial e as comunidades residentes.”

Os argumentos para reforçar esta necessidade de pressionar a saída das populações alargam-se a factos não comprovados referentes a que “as comunidades de pescadores, ainda residentes no ilhéu, vendiam produtos alimentares aos turistas, confeccionados de forma tradicional, originando que, de forma sucessiva, ocorressem situações de doença, atribuídas aos serviços prestados pelo *resort*”. Como, contudo, BRITO (2004, p.291) refere, se em 2003 era “uma realidade o número crescente de reclamações recebidas pela direcção



do *resort* e publicitadas para o exterior, através da internet e do serviço de e-mail, com o conhecimento da DTH”, não é menos verdade que “por mais do que uma ocasião, nos deslocámos ao complexo e observámos inúmeras situações irregulares, tais como o inadequado tratamento da água da piscina, os cortes de energia eléctrica e o gelo.”

A citada autora refere que em 2003 “as situações de conflito entre o representante dos promotores e as comunidades persistiram, podendo ser exemplificadas com a ocorrência da negação da possibilidade aos pescadores não residentes de aportarem nas praias”, tendo mesmo acontecido “uma situação de desaparecimento de pescadores durante uma tempestade no mar, após verem negada a autorização para pernoitar numa praia” (BRITO, 2004, p. 291). Na sequência do incidente a que acaba de ser feita referência e outras situações de “confronto directo com os órgãos de soberania, o responsável pelo *resort*, sócio e representante dos promotores, que residia no arquipélago desde o início (...) foi expulso do país, mantendo-se contudo ligado à sociedade, mas em Portugal.” (*Id., ibid.*).

Assim, pode considerar-se “que as relações entre os grupos comunitários e os promotores têm evidenciado um clima de conflito e não de colaboração mútua, pelo que a lógica de parceria tendente à participação e ao envolvimento comunitário não foram, neste caso, perceptíveis” (*Id., ibid.*). Pode, pois, afirmar-se que, os promotores se confrontaram “com alguns problemas, que, com o tempo, não foram ultrapassados, representando condicionalismos ao desenvolvimento do projecto, nomeadamente as relações, qualificadas de difíceis, entre os promotores e as comunidades residentes no território do ilhéu.” (BRITO, 2004, p. 290).

Mas... será que, como diz o povo, o que torto nasce torto morre ou... podemos fazer alguma coisa para inverter o processo?

3.2. Sim... podemos fazer alguma coisa

A conversa que mantivemos com o representante do grupo Pestana foi cordial e, embora considerando que grandes partes dos problemas eram anteriores à sua chegada e que, neste momento não haveria, em sua opinião, lugar para mal-estar, o Director de Marketing: a) reconheceu a existência de negociações para deslocação de quem o queira; b) afirmou a não existência de qualquer ideia de expulsão forçada dos ainda residentes, c) mostrou disponibilidade de discutir uma eventual proposta de abordagem da questão, que



por nós pudesse ser avançada.

A mediação, enquanto forma de excelência de resolução e evitamento de conflitos, tem sido afirmada por vários autores (BUSH and FOLGER, 2004; COBB, 2004; BONAFÉ-SCHIMDT, 2003; MILBURN, 2002; FOLGER and BUSH, 1996; MORINEAU, 1996; FISHER and URY, 1991, 1982) e tem ganho cada vez maior vitalidade. O Conselho Mundial Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável [World Business Council for Sustainable Development] em variados documentos e, nomeadamente, no *Measuring Impact Framework: Assessing business contribution to development DRAFT Detailed report* (WBCSD, 2008) assinala não só a importância de todas as empresas tomarem em consideração a sua contribuição para o desenvolvimento local, como a de, nesse processo, fazer intervir processos de mediação.



3.3. Proposta geral de acção

Quadro síntese de metodologia/cronograma para abordagem e mediação sócio-ambiental do caso do Ilhéu das Rolas

Estádias em S. Tomé	Natureza	Objetivos	Duração	Técnicas de investigação/intervenção	Produto
Primeira	Diagnóstico e identificação de divergências	<ul style="list-style-type: none"> - Mapear os interesses de uso dos 3 ou 4 principais <i>stakeholders</i> e implicações desses interesses nos interesses dos outros <i>stakeholders</i> - Explicitar as razões de suporte desses interesses - Verificar o estado de implementação desses usos e seu grau de estabilização/reversibilidade - Identificação de espaços e 	8 a 10 dias	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas individuais e de grupo - Reuniões com grupos focais (população residente e já deslocada, turistas) - Observação participante (notas de observação, registo fotográfico, áudio e vídeo) - Trabalho de campo (notas de campo, registo fotográfico e vídeo) - Análise documental (consulta de documentos de concessão e outros documentos relativos ao processo de estabilização do <i>resort</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório incluindo: a) registo fotográfico/vídeo; b) notas de campo; c) sempre que necessário, mapeamento e georeferenciação de aspectos relevantes; d) matriz de partes interessadas ou <i>stakeholders</i>*; e) matriz de relação entre <i>stakeholders</i> e interesses em presença/confronto*
Segunda	Debate e focalização	<ul style="list-style-type: none"> - Socialização de interesses em presença/confronto - Consciencialização de divergências e suas razões - Exploração de possibilidades de consensualização e alternativas para resolução de problemas - Elencagem de tópicos para protocolo de intenções e pontos para um futuro plano de ação e 	8 a 10 dias	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas de grupo (notas de observação, registo fotográfico, áudio e vídeo) - Reunião entre partes com mediação (notas de observação, registo fotográfico, áudio e vídeo) - Observação participante (notas de campo, registo fotográfico e vídeo) - Análise documental complementar 	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório com: a) registo fotográfico/vídeo; b) notas de campo; c) extractos de entrevistas e/ou reuniões; d) matriz “Prioridades, Indicadores, Contribuições” *; e) matriz estratégica “Eliminar-reduzir-elevar-criar”*
Terceira	Convergência	<ul style="list-style-type: none"> - Obejctivação da convergência - Discussão e aprovação de protocolo de intenções e de plano de ação - Comprometimento público coletivo 	6 a 8 dias	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião final de discussão e aprovação de protocolo de intenções e plano de acção - Observação participante (notas de observação, registo fotográfico, áudio e vídeo) - Apresentação pública de resultados a interessados, convidados e comunicação social 	<ul style="list-style-type: none"> - Portfólio final de registo fotográfico/vídeo, notas de campo e extractos de entrevistas e/ou reuniões - Plano de acção e Protocolo de parceria



Nota: A metodologia está inspirada na abordagem desenhada e implementada em Botucatu, São Paulo, Brasil, num estudo de caso apoiado pela AES Tietê, sob coordenação geral de Mário Freitas e referida em FREITAS, M. (2008) e FREITAS & ANNUNCIATO (2008).

* Instrumentos de registo desenhados no âmbito dos estudo atrás referidos e incluídos em anexo e que, posteriormente, poderão ser adaptados à situação específica.

O grupo de investigadores (autores e outros técnicos especializados) propõe-se a realizar um projecto, com base no quadro síntese anteriormente apresentado, em parceria com o Grupo Pestana, com vista a colmatar este problema económico-social.

4. Referências

BONAFÉ-SCHMITT, Jean-Pierre, DAHAN, Joceylyne, SALZER, Jacques, marianne, Souquet e VOUCHE, Jean-Pierre (2003). *Les médiations, la médiation*. Ramonville Saint-Agne: Éditions Erès

BRITO, Brígida (2004). Turismo Ecológico: uma via para o desenvolvimento sustentável em S. Tomé e Príncipe. *Tese de Doutoramento* (não publicada). Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas.

BUSH, Robert and FOLGER, Joseph (2004). *The Promise of Mediation: The Transformative Approach to Conflict*. S Francisco: Wiley Default, Jossey-Bass.

COBB, Sara. (2004). Fostering coexistence in identity-based conflicts: Towards a narrative approach. In Chayes. A. and Minow, M. (Eds.), *Imagine Coexistence*. San Francisco Wiley_Default, Jossey-Bass, pp. 294-310.

FISHER Roger et URY William (1982). *Comment réussir une négociation*. Paris : Editions du Seuil.

FISHER, Roger, URY, William & PATTON, Bruce (1991). *Getting to yes. Negotiating agreement whithout giving in*. Houghton Mifflin Books

FOLGER, Joseph and BUSH, Robert (1996). Transformative Mediation and Third-Party Intervention: Ten Hallmarks of a Transformative Approach to Practice. *Mediation Quarterly* 13:4 (Summer 1996), pp. 263-78.



FREITAS, Mário (2001). A ancestral sustentabilidade da ocupação da montanha como inspiradora de um moderno conceito de desenvolvimento sustentável. O caso concreto do PNPG e seu potencial heurístico. In Xunta de Galicia & UNESCO, *Novas propostas para a acción, Actas da Reunión Internacional de Expertos en Educación Ambiental*. Snatiago de Compostela: Xunta de Galicia, pp. 609-614.

FREITAS, Mário e ANNUNCIATO, Draúzio (2008). *Botucatu às margens do Tietê: Cultura e Sustentabilidade*. São Paulo: Instituto BrasilCom.

IUCN (2008). *Biodiversity: My hotel action. A guide to sustainable use of biological resources*. Gland, Switzerland: IUCN, 128 pp.

JAIN, Nandita and TRIRAGANON, Ronnakorn (2003). *Community-based Tourism for Conservation and development: a training manual*. Bangkok: The Mountain Institut and RECOFT.

LANFANT, M. F. et al (1995) - *International Tourism, identity and change*. Surrey, Sage Publiccations.

MILBURN, Philip (2002). *La Médiation: expériences et compétences*. Paris: Éditions La Découverte et Syros.

MORINEAU, (1996). *L'esprit de médiation*. Romainville: Erès.

VIEIRA, João (1997) - *A Economia do Turismo em Portugal*. Lisboa, publicações Dom Quixote.

WBCSD (2008). *Measuring Impact Framework: Assessing business contribution to development DRAFT Detailed report*. Bruxelas (Doc não publicado).

5. ANEXO - MANIFESTO

ILHÉU DAS ROLAS – um desafio para o turismo sustentável

Entre os principais objectivos do projecto de investigação em que se insere o Seminário Internacional “Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário” contam-se a análise dos “impactos do turismo no desenvolvimento das populações locais”,



nomeadamente, através da consideração dos “benefícios resultantes do incremento do sector mas também os efeitos perversos que resultam negativamente para a totalidade ou parte dos grupos comunitários” (Brito, 2008, p. 4)².

Durante a realização de actividades directamente relacionadas com o seminário, os signatários desta declaração, tomaram contacto com algumas realidades relativas a grupos comunitários que vivem no Ilhéu das Rolas e com as quais (em qualquer caso, mas particularmente na sua condição de participantes do supra citado Seminário), não podem deixar de se comprometer. Ao abordá-las de forma transparente, sincera e colaborante, no âmbito do seminário, não é sua intenção gerar qualquer tipo de constrangimento ou animosidade. Pretendem, pelo contrário, criar condições para que tais realidades sejam corajosamente enfrentadas e possam vir a ser alteradas a contento de todos os interessados, constituindo-se, eventualmente, num exemplo de acção concreta de investigação-acção, em contexto de turismo e desenvolvimento comunitário sustentáveis.

A totalmente insuspeita voz do Conselho Mundial Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (que integra grandes companhias em diversos sectores da actividade económica) analisa criticamente anteriores posturas e recomenda que todas as empresas analisem, monitorizem e avaliem os impactes da sua actividade na comunidade e criem envolvimento entre parceiros com vista a considerar prioridades de desenvolvimento e contributos das empresas para esse fim. Em tal contexto, desenvolveu, até, uma metodologia de avaliação de impactes cuja última versão data de Fevereiro de 2008 e está a ser utilizada por algumas das maiores empresas, a nível mundial. O processo de mediação independente é aconselhado nessa metodologia como uma poderosa forma de promoção da participação comunitária e do envolvimento sinérgico dos parceiros.

Assim, e mesmo correndo o risco de não estar na posse de informação relevante (que, de qualquer forma, poderá vir a ser, posteriormente, acrescentada) não poderemos deixar de propor que o seminário alerte para a necessidade de:

a) analisar e corrigir, de imediato, eventuais falhas no cumprimento de aspectos referentes à dignidade e mínimas condições de qualidade de vida do grupo comunitário do

² Brito, B (Coord) (2008). Guia do participante do Seminário Internacional “Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário”.



ilhéu, nomeadamente, falhas no abastecimento de água e luz, falta de saneamento básico, recolha de resíduos e garantia de transporte, para que as crianças possam frequentar a escola (conforme compromissos anteriormente firmados e que qualquer ideia de turismo sustentável e responsável não poderá deixar de considerar);

b) abrir um processo de mediação sócio-ambiental e cultural que discuta a possibilidade e, até, mais valias, de pôr termo à obrigatoriedade de tais grupos comunitários abandonarem o ilhéu em futuro próximo, criando novas condições para a sua permanência, num contexto que igualmente considere os interesses do concessionário turístico;

c) integrar tal processo numa lógica de investigação-acção, no âmbito de projecto já em curso ou de outro que, para tal efeito, possa vir a ser propositadamente desenhado, suspendendo a saída dos grupos do ilhéu”;

d) incluir neste processo tanto a discussão e consciencialização acerca da protecção dos recursos naturais e da biodiversidade local, através das boas práticas ambientais, respeitando as convenções internacionais, como a valorização das tradições culturais (histórica, tradição oral, técnicas artesanais de pesca e agrícolas) e a sabedoria popular;

Perante o disposto nos pontos anteriores, os signatários convidam ao envolvimento de todos os parceiros (cada um deles com uma quota parte diferenciada de responsabilidades sociais e ambientais) - Grupo Pestana, autoridades locais, grupo comunitário do Ilhéu das Rolas, organizações não governamentais, órgãos de comunicação social, outros grupos de interesse, etc., e predispõem-se a colaborar activamente na procura de uma solução que compatibilize desenvolvimento comunitário com turismo sustentável.